Título: Violência, pacto de desmentido e pacto narcísico originário no Brasil.

Pablo Castanho - pablo.castanho@usp.br

Resumo:

"Que mundo queremos? Eu, Você, Nós!" Ao nosso ver, a transformação do nosso mundo implica a compreensão de nossas amarras. Neste ponto, o passado colonial brasileiro, como de outras nações colonizadas, marca profundamente nossa história, nosso presente e sua compreensão e superação condiciona nosso futuro. Este texto retoma um trabalho anterior do autor sobre aspectos psíquicos e culturais em uma comunidade periférica com altíssimos índices de violência física difusa, propondo-se a questionar suas conclusões anteriores à luz de desenvolvimentos recentes sobre o estatuto das alianças inconscientes na constituição do laço social no Brasil. Apresentamos material clínico grupal e institucional de nossa experiência profissional anterior em um serviço de saúde pública. Esse material sugere que, embora os conflitos de todos os tipos sejam mal vistos nessa comunidade, a violência física é frequentemente percebida e vivenciada como um meio necessário de existir e de se vincular aos outros. Revisitamos o início da história brasileira para considerar o estabelecimento de uma configuração de laços sociais forjados pela escravidão. Concluindo, propomos que a dinâmica dessa comunidade seja compreendida no contexto mais amplo de alianças inconscientes, em escala nacional, que apoiam maciçamente o desmentido e abalam seriamente o contrato narcísico originário da parte mais vulnerável da população.

Palavras-chave: Violência psíquica, alianças inconscientes, colonialismo, psicoterapia de grupo.

Introdução

"Que mundo queremos? Eu, Você, Nós!" Ao nosso ver, a transformação do nosso mundo implica a compreensão de nossas amarras. Neste ponto, o passado colonial brasileiro, como de outras nações colonizadas, marca profundamente nossa história, nosso presente e sua compreensão e superação condiciona nosso futuro. Neste trabalho, iremos abordar a problemática da violência em uma região periférica da cidade de São Paulo buscando compreendê-la no contexto do laço social no Brasil. Assim, este texto retoma um trabalho anterior (2008) sobre aspectos psíquicos e culturais em uma comunidade periférica, com altíssimos índices de violência física difusa, interrogando seus achados à luz de desenvolvimentos recentes sobre a problemática das alianças inconscientes (René Kaës, 2009) na constituição do laço social no Brasil. As vinhetas, com exceção da última, se baseiam em minha experiência de trabalho em tempo integral entre 2002 e 2005 em um serviço público de saúde chamado Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO).

Os CECCOs foram criados na cidade de São Paulo, no contexto de nossa reforma psiquiátrica, ao final dos anos 1980. Tratam-se de estruturas originais que portam em seu mais alto grau os ideais de mudança da psiquiatria (São Paulo, 1992). Inspirados no conhecimento dos grupos operativos de Pichon-Rivière (1985), eles comportam vários grupos, que possuem tarefas diferentes, tais quais jogar futebol, tricotar, caminhar, grupos de fala livre, de projetos de economia solidária, etc. O objetivo é atrair, por meio destas modalidades de grupo, uma população heterogênea, como a dos usuários do sistema psiquiátrico, mas também, os moradores do bairro sem nenhum diagnóstico anterior. A tarefa primaria do serviço poderia ser descrita como a de *promover a convivência* entre pessoas que normalmente não possuem contanto entre

si na vida cotidiana. Dito de outro modo, trata-se de "incluir" os "excluídos". A crítica do sistema manicomial aqui se traduz como uma crítica a todas as formas de exclusão social na sociedade capitalista. Deste modo, este serviço, nascido no campo da doença mental, é notavelmente aberto a toda a comunidade ao seu redor. Ele não responde a demandas de psicoterapia, mas de acordo com a definição de tarefa de Pichon-Rivière (XXXXX, XXXXX, 2021) a perspectiva psicanalítica pode encontrar nele um lugar (XXXX, XXXX, 2020). A clínica apresentada aqui é composta por grupos conduzidos a partir da perspectiva pichoniana de centramento na tarefa, bem como por várias entrevistas preliminares com usuários e suas famílias e alguns encontros individuais a pedido de moradores locais. Para além da clínica de saúde mental, o que se destaca é a perspectiva comunitária desse serviço.

Nosso CECCO se localizava em um parque público, contíguo a um bairro periférico da Cidade de São Paulo que em 1996 foi considerado pela ONU o lugar mais perigoso do mundo (BRANCATELLI, 2005)[1]. Em contraste ao tipo de violência que garante a alta visibilidade do Brasil na mídia internacional, a violência neste bairro não era determinada pelo crime organizado. Ao contrário, ela acontecia de uma forma difusa e abrangente no território, inicialmente, muito difícil de ser compreendida. A situação do bairro desde 1996 obteve grandes melhoras. Eu estive lá em um período de transição, quando os números da violência física já estavam em declínio acentuado, mas o tema da violência era onipresente nos atendimentos e atividades individuais e grupais.

Livremente inspirados em estudos anteriores (Cardia, 2002,2003; Peres, 2002; Rocha, 1999 e Vellasco 2005) que relacionavam a violências difusa à elementos culturais específicos de

[1] A tabela abaixo mostra o número de homicídios a cada cem mil habitantes entre 1996 e 2004 nesta área:

1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
97,97	90,94	102,62	115,58	118,31	123,38	99,29	81,15	64,50

Fonte: Fundação SEADE - http://www.seade.gov.br

determinada comunidade, o nosso primeiro passo foi identificar e refletir psicanaliticamente sobre alguns traços comuns e compartilhados que encontramos nesta comunidade. Apresentaremos a seguir alguns elementos discursivos e vinhetas emblemáticas do que encontramos neste território.

Ao falarmos de violência e criminalidade, nos surpreendeu sempre a frequência e insistência com a qual as pessoas usavam o termo "paz". Além de significar a ausência de violência física, o termo parecia evocar um território livre de qualquer conflito. Pessoas pediam por "paz" quando os adolescentes discordavam de suas mães ou quando reclamavam dos frequentes tiroteios em frente de suas casas. As duas situações se misturavam nos discursos. Nos relatos, todos os conflitos precisavam ser eliminados e substituídos por uma "paz" duradoura. Isso impacto muito negativamente a moratória psicossocial dos jovens. Foi Erickson (1968) quem primeiro falou sobre esse período em que um certo número de exigências sociais é removido, permitindo que os jovens experimentem livremente diferentes papéis para promover seu processo de construção de identidade. Porém, nesta região, pais, adolescentes e adultos jovens freqüentemente me diziam que existiam dois caminhos na vida, o "reto" e o "errado". O "reto" estava relacionado ao ir para a escola, trabalhar e obedecer aos seus pais. O "errado" é o caminho do "demônio", da criminalidade e das drogas. Estes caminhos são apresentados como completamente separados. Uma mãe de uma criança de dez anos de idade, certa vez veio até mim chorando porque seu filho havia roubado um sutiã de uma loja e dado a sua babá. Por este motivo, ela o via como alguém que tivesse escolhido o "caminho errado" e achava que ele estava condenado a uma vida de crime. Assinalei que o ato poderia ter outro significado e que, de qualquer forma, há uma grande distância entre um furto cometido por uma criança de 10 anos para presentear sua babá, e uma vida inteira de crimes. Não tenho certeza se isso teve algum efeito sobre a mãe...

Outro tema surpreendente foi o de como o recurso à violência, e mesmo ao crime, apareciam como uma busca de contato com outros. Quando pedi a um grupo de usuários moradores da região que desenhassem suas experiências de violência, me surpreendi por uma cena de um suposto assalto que parece mais um abraço, e um outro desenho apresentado como um elogio a amizade. Como a violência poderia passar pela busca de contato com o outro? Em uma linha semelhante, sublinho que o uso do termo "respeito", era frequentemente ligado a portar uma arma. Em um de seus trabalhos, Jorge Broide (2006) nos relata a história de um assassinato ocorrido nesta mesma comunidade, durante uma festa, quando de um desentendimento que parecia trivial. Os dois assassinos frequentavam o grupo operativo de Jorge Broide. Em sessão, relatam que na festa iniciaram uma discussão com outros adolescentes e que em determinado momento foram buscar a arma do crime para poderem "conversar" (sic). A conversa acaba em assassinato sem que os dois autores compreendam o que e como se passou a essa situação.

Portar uma arma podia ser referido como "respeito" e possibilidade de "conversar", mas sem dúvida também era conectado a uma vivencia de grande poder, uma hipercatexia capaz de afastar de perto sentimentos e pensamentos desagradáveis. Lembro-me do caso de um traficante de drogas que estava tentando deixar seu ramo de atividade e pediu para conversar com um psicólogo do CECCO. Meu colega de trabalho descreveu-me o brilho dos olhos dele enquanto falava sobre segurar sua arma contra a cabeça de alguém tendo sobre sua vítima poder de vida e morte. A onipotência é siderante. Afastar-se deste sentimento arrebatador era um dos desafios para se desligar de sua vida criminosa. O outro grande desafio era planejar um caminho para sair vivo , considerando que concorrentes e antigos parceiros poderiam assassiná-lo com facilidade se mudasse de vida.

Sobre as alianças inconscientes na leitura social no Brasil

Pretendo retomar esses elementos para pensa-los em sua inserção mais ampla no contexto brasileiro, apoiando-me em leituras feitas através do conceito de Alianças Inconscientes. Para tanto, devo deter-me um pouco neste estudos.

Foi Maria Inês Assumpção Fernandes (2005) que inaugurou entre nós o uso das alianças inconscientes para pensar o laço social no Brasil. Em "Mestiçagem e ideologia" a autora propõe que um pacto denegativo de grande abrangência social encobriria a percepção das profundas desigualdades econômicas e raciais entre nós. O frequente discurso elogioso sobre a mestiçagem seria erguido sobre este pacto. Outros autores , como Eliane Costa (2012) e Cida Bento (2022) têm aprofundado a perspectiva das alianças inconscientes para pensar o racismo entre nós.

Alguns autores têm formulado questões importantes sobre o laço social no Brasil. Primeiramente, devemos reconhecer a precariedade e incompletude do processo civilizatório descrito por Freud (1913/1999), em Totem e Tabu, entre nós. Em seus trabalhos sobre as situações sociais críticas, Jorge Broide (2006) retoma este texto freudiano apontando a semelhança entre as figuras proeminentes do crime nas áreas periféricas, com o onipotente pai da horda primeva. Desdobra ainda considerações importantes sobre os processos identificatórios. Em uma perspectiva um pouco distinta, Helio Pelegrino (2011) havia empregado a noção de "pacto edípico" para argumentar sobre a dificuldade de se entrar na vida adulta em contexto periférico quando as renuncias exigidas são leoninas e as contrapartidas insuficientes. Em linha aparentada, mas retomando a proposição freudiana em "Mal-estar na civilização" (Freud, 1930/1999) pela qual o sujeito civilizado troca uma parcela de suas possibilidades de felicidade. por uma parcela de segurança, propôs (XXXXXX, 2019) ler certos fenômenos ocorridos na relação entre crianças e delas com suas figuras de cuidado em uma outra região periférica de São Paulo. Identificamos uma dificuldade persistente das crianças e dos adultos em renunciarem as pulsões agressivas dirigidas uns aos outros, gerando uma evidente falta de contrapartida em

termos de segurança e dificuldades decorrentes tanto para a constituição e desenvolvimento dos sujeitos como para a regulação grupal.

Nossa hipótese é a de que os tabus necessários para apoiarem a renúncia pulsional agressiva, e a vida em sociedade, não estariam suficientemente estabelecidos no metaenquadre Brasileiro ainda que as consequências deste fato se expressem com diferentes gravidades e modos conforme a classe social e localidade. No caso da violência física difusa entre pares nesta comunidade, poderíamos tanto compreendê-la como falha dos mecanismos dos pactos denegativos estruturantes apoiarem a renuncia pulsional intrapsíquica necessária ao convívio, quanto também como agires semelhantes as repetições do crime originário de totem e tabu, quiçá em busca de reestabelecer seus elementos estruturantes

Em especial a parti de 2016, fui compreendo mais claramente como estas alianças se formulam de modo complementar, e necessário, à aspectos históricos e sociais da formação de nosso pais. Penso especialmente naquilo que Paulo Freire (1967/2009) denomina de "poder exacerbado" e que o sociólogo Jessé Souza (2017) chama de "escravidão". Importante notar que se a escravidão negra é o paradigma da escravidão entre nós, Souza se refere por este termo a toda estratégia de colonização portuguesa do Brasil destes 1538. Ou seja, com o termo "escravidão" se refere também as tentativas de submissão e escravização de indígenas, as relações de submissão (especialmente as de caráter sexual) das mulheres [2] e mesmo do assujeitamento de europeus degradados ou pobres vindos ao Brasil. Aqui, argumentam os autores, longe da metrópole, os senhores de terra concentravam poderem políticos, religiosos e militares sem os contrapesos aos quais o próprio rei de Portugal estaria submetido. Distante da "civilização europeia", os senhores de terra tudo poderiam. A relação de escravidão continha o marco legal e dramático onde isso se tornou mais explícito. As alianças inconscientes que se

[2] Souza entende isso como características herdadas das práticas de escravidão dos mouros presentes na Península Ibérica antes da Reconquista.

formam no Brasil acabariam por regular uma vida inter, trans e intra psíquica possíveis neste contexto e ao fazê-lo, contribuiriam também para sua perpetuação.

Relacionar as alianças inconscientes a esta trama sócio histórica é um trabalho extremamente complexo, mas já podemos oferecer algumas pistas iniciais. De um lado, como já sugerido, constatamos sérias falhas no pacto denegativo estruturante de nossa sociedade. O fruto deste contrato civilizatório insuficientemente estabelecido, é a repetição de violências físicas e simbólicas em enorme numero. Além disso, na esteira do apontado por Fernandes , há uma invisibilização destes problemas por meio de um pacto denegativo de amplo espectro que nega a própria existência das grandes dores de nossa história e suas heranças. Vale ainda destacar uma modalidade específica de encobrimento das violências passadas e presentes que propus chamar de pacto de desmentido. (2024). Outros autores (Raluca 2013, Gondar, 2022) vem avançando a discussão sobre a produção e transmissão de fragmentos de caráter traumático no tecido social brasileiro desde nossa fundação. A referência a Ferenczi nestes casos dialoga muito bem com a proposta de um pacto de desmentido pelo próprio papel do desmentido na etiologia do traumático e dos fragmentos oriundos da progressão traumática. Tal pacto de desmentido seria algo que nos caracteriza desde sempre, mas que teria se tornado mais evidente, e mesmo obsceno, nos últimos anos. De fato, o fenômeno Bolsonarista se caracteriza largamente por afirmar a luz do dia as atrocidades do passado e presente: elogio a torturadores, critica aos militares por não terem levado acabo um genocídio completo dos povos originários, admissão das mortes por covid acompanhada de escárnio e pouco caso etc[3]. Poder abrir brechas no desmentido das atrocidades que nos constituíram e nos mantém como nação se apresenta como um desafio político urgente e incontornável. Tanto mais complexo quanto, amparado em

[3] Os leitores podem encontrar vários exemplos on-line de declarações que ilustram isso, por exemplo, a avaliação proposta em francês pelo Sudouest.fr em 30/09/2022, disponível em: https://www.sudouest.fr/international/grippette-pays-de-p-ong-cancers-au-bresil-les-pires-declarations-de-bolsonaro-12414155.php

Ferenczi, o reestabelecimento da capacidade associativa é nosso termômetro, mas os slogans repetitivos são as armas da luta política. Seguimos em um impasse.

Conclusão: Contextualizando os elementos culturais desta comunidade nas alianças inconscientes descritas.

Revisitemos o que encontramos neste bairro com este pano de fundo em mente. Comecemos com o termo "paz" como ausência de conflito, tanto em terra de escravos e senhores, como em terra de pistoleros, compreende-se que um completa submissão possa ser uma estratégia necessária de sobrevivência. A medida que se internaliza, que ao "pequeno" cabe calar-se ou rebelar-se por completo, compreende-se o discurso sobre as duas "linhas" (haveria ainda a fórmula da dissimulação, que no entanto, não poderemos abordar nos limites deste trabalho). Forma-se assim um contexto especialmente inóspito para a chamada moratória adolescente, mas também, delicado para toda a experiência democrática que demanda a presença da conflitualidade.

Além do mais, se o exercício da violência pode aproximar o sujeito da vivência de onipotência, como relatado por nosso criminoso demissionário, podemos entender isso em um contexto vincular onde parecem só existir duas possibilidades: o onipotente (herdeiro do modelo do senhor de escravo,) e o plenamente submetido, visto como objeto e não como humano, nos diria Freire. Ora, como revelado na preocupação deste usuário, deixar a arma de lado não é simplesmente ter que se ver com os sentimentos de se sentir pequeno, mas enfrentar o risco real de ser assassinato por antigos pares. De fato, ser "pequeno" ou "frágil", neste cenário em que as contrapartidas de segurança são insuficientes, ser "pequeno" é realmente estar em risco de vida. Talvez seja nesta perspectiva que seja necessário "empoderar-se' de algum modo, que seja com uma arma, para , imaginariamente, estar a altura de poder "conversar" ou fazer amigos com

outros. É como se uma classe de pessoas estivesse alijada do necessário ao vínculo e a violência e seus meios pudessem, ao menos na fantasia, nivelar o jogo para que o contato pudesse se dar.

Há ainda outra dimensão nefasta que se apresenta nisto tudo. Vejamos uma vinheta de um outro contexto, um grande grupo online durante a pandemia realizado com professores do sistema público no Rio de Janeiro, ligados a um projeto social. Poucos dias antes da sessão havia ocorrido mais uma chacina (de tantas) em uma comunidade pobre. Policiais, em declarado combate ao tráfico de drogas, mataram muitos moradores em um confronto, não sendo claro quais mortos estavam relacionados ao tráfico e quais não. A região da chacina é muito semelhante as localidades das escolas representadas no grupo. O assunto não tarda a ser mencionado e logo é associado a outras chacinas semelhantes. Alguns destes educadores nasceram em comunidades periféricas e viram situações semelhantes ao longo de suas vidas. Eles se incomodam com a ideia de abordarmos a última chacina como um evento isolado. Associam e contam de outras situações e das dificuldades diretas para eles e para os alunos que testemunham estes episódios. Em certo momento, uma educadora se lembra de quando era criança, nos conta sua memória de sair na rua e ver muito sangue e corpos humanos dilacerados. Um pensamento lhe veio a mente neste momento e ela o divide agora com o grupo: " É como o dia do abate de porcos no sítio do meu tio."(sic) A frase reverbera. Aponto que nesta lembrança morre-se em uma chacina não como humano, mas como porcos. Estamos diante do horror não de meros assassinatos, mas da problemática mesma do genocídio: há uma categoria de pessoas no Brasil que com muita facilidade não são vistas como humanos: pobres, negros, mulheres, uma mistura disso tudo. Estes podem ser mortos como porcos, aos montes, na selva como os yanomamis, ou nas periferias, seja por guerras de traficantes, violência difusa ou mesmo por policiais, sem maiores consequências. O peso psíquico, como nos ensina Natalie Zaltzman é devastador para os que ficam também. Seremos nós humanos? Estamos diante de uma grave falha do contrato narcísico originário (Kaës, 2009) no laço social no Brasil que denominamos de

pacto narcísico originário (XXXXXX, 2024). Lembremos que, para René Kaës, o contrato narcísico originário, "... é fundado em uma identificação básica, que Racamier designou como a identificação do eu com a espécie humana...". (p.61) e que "A falha desse tipo de contrato se manifesta em seus efeitos devastadores sempre que, ao destruir o outro, trata-se essencialmente de destruir seu pertencimento à humanidade: esse é o objetivo dos genocídios". (p.61)[4]. O Brasil foi constituído por categorias de pessoas (notadamente índios e negros) que não eram concebidos como humanos, podia-se dispor de sua força de trabalho e seu corpo como melhor se aprouvesse aos senhores. Ainda hoje somos organizados sobre horror, que pesa sobre largas partes da população, de uma incerteza recorrente sobre seu pertencimento ao gênero humano.

Nesta comunidade, como em qualquer outro trabalho com grupos e instituições no Brasil, estas alianças inconscientes se mostram e se esconde de modos particulares. No final das contas, como nos apresentou Georges Gaillard (2020), mas talvez de modo mais urgente no Brasil do que na França, nosso trabalho em instituições sócio assistenciais é necessariamente implicado nos desafios da *Kulturarbeit* de nosso tempo.

Referências:

BENTO, C. O Pacto da Branquitude, São Paulo, Companhia das Letras, 2022

BRANCATELLI, R.. « Por que se mata menos em São Paulo », Veja São Paulo, 6 juillet 2005. Disponível em: : https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/na-imprensa/por-que-se-mata-menos-em-sao-paulo/?c=5306, 2005.

BROIDE, J.. A Psicanálise nas situações sociais críticas: Uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias, Curitiba, Juruá, 2008

CARDIA, N.. « Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos », Lusotopie, 10, p. 299-328, 2003.

XXXXXXXX. 2022.

XXXXXXX; XXXXXXX, 2021.

XXXXXX. 2019.

XXXXXX 2007.

[4] Há também a fórmula da dissimulação, que não poderemos abordar no contexto deste trabalho.

XXXXXXX, XXXXXXX. 2020.
COSTA, E. S.. Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira. Thèse de doctorat, Universidade de São Paulo (USP), Disponible sur : www.teses.usp.br (Doi:10.11606/T.47.2012.tde-13082012-104304). 2012.
ERIKSON, E. H. (1968). Adolescence et crise: la quête de l'identité, Paris, Flammarion, 1972.
FERENCZI, S. (1933). « Confusão de línguas entre os adultos e a crianças », dans Psicanálise IV (Obras completas de Sandor Ferenczi 4), São Paulo, Martins Fontes, 2011.
FERNANDES, M. I. A.. Negatividade e Vínculo: A mestiçagem como ideologia, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005
FREIRE, P. (1967) Educação como prática da Liberdade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.
FREUD S. (1913). Totem und Tabu, Frankfurt am Main, Fischer Taschenbuch Verlag, 1999.
FREUD S. (1930). Das Unbehagen in der Kultur, Frankfurt am Main, Fischer Taschenbuch Verlag, 1999.
GAILLARD G., « Métapsychologie et institution. Thanatos et travail de culture », dans J.-P. Pinel, G. Gaillard (sous la direction de), Le travail psychanalytique en institution. Manuel de clinique institutionnelle, Malakoff, Dunod, p. 33-53, 2020.
KAËS, R.. Les alliances Inconscientes, Paris, Dunod, 2009.
KUPERMANN, D.. Pourquoi Ferenczi ? Le style empathique dans la clinique psychanalytique, Paris, Ithaque, 2022.
PELLEGRINO, H. « Pacto Edípico e Pacto Social (da gramática do desejo à sem-vergonhice Brasília)", Folhetim Folha de São Paulo, septembre, 1983.
PERES, M.F.T.. « Prevenção e controle: oposição ou complementariedade para a redução da violência? », Ciência e Cultura, V. 54, n° 1, p.50-51, 2002.
PICHON-RIVIÈRE. E. (1985). El proceso grupal. Del psicoanálisis a la psicologia social (1). 2ª, Buenos Aires, Nueva Visión, 2007.
REIS, S.E. ; GONDAR, J.. Com Ferenczi: O coletivo na clinica: racismo, fragmentações, trânsitos, São Paulo, Zagodoni, 2022.
ROCHA, R.L. M. « Uma cultura da violência na cidade? Rupturas, estetizações e reordenações. » São Paulo Perspec., v. 13, n. 3, 1999.
SÃO PAULO (Prefeitura) Secretaria de Saúde. Normatização das Ações nos Centros de Convivência e Cooperativas Municipais, São Paulo. 1992.
SOUZA, J.. A Elite do Atraso, São Paulo, Leya, 2017.
SOREANU, R.. Working-through Colective Wounds: Trauma, Denial, Recognition in the Brazilian Uprising, Londres, Palgrave Macmillan, 2018.
VELLASCO, I.A. « A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais Século XIX », Tempo, V. 9, n° 18, 2005
ZALTZMAN, N. De la guérison psychanalytique, Paris, Puf, 1999.